

ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO ENTRE OS ESTUDANTES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO INFANTIL (0-10 ANOS): ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Gender stereotypes among the students of early childhood education (0-10 years): a case study at the Madeira's University

Alice Mendonça – UMA/PT*

Paulo Brazão – UMA/ PT**

Andreia Micaela Nascimento – ULISBOA/ PT***

Diogo Freitas – UMA/PT****

Resumo: Embora a igualdade de género se encontre legalmente formalizada, os homens e as mulheres continuam a participar de forma distinta na sociedade, tal como atestam as estatísticas da Universidade da Madeira, onde em 2018/19, num total de 110 estudantes matriculados nos cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil, apenas 3 são homens. Para determinarmos os motivos desse facto, aplicámos-lhes um inquérito por questionário. Concluímos que a abordagem das questões de género se encontra limitada a duas Unidades Curriculares e que, entre os estudantes, subsiste a ideia de que a feminização daquela profissão se encontra de tal modo enraizada que a implementação de quotas de género dificilmente conseguirá inverter esta tendência. A nível pedagógico, a diversidade e a heterogeneidade foram elencadas como fatores que permitem aumentar mais a produtividade das crianças. Ao nível da cidadania, a divisão de tarefas entre os géneros acentua-se com o aumento da idade e em situação conjugal.

Palavras-chave: Estereótipos. Género. Estudantes. Universidade. Formação de professores. Educação infantil.

Abstract: Although gender equality is legally formalized, men and women continue to participate distinctly in society; as can be stated by the statistics of the University of Madeira, of the academic year 2018/19, in which, from a total of 110 students enrolled in the courses of Early Childhood Education, only 3 are men. In order to ascertain why this happens, we surveyed these students. We conclude that gender equality issues are lectured only in two subjects and that, among students, the idea remains that the feminization of that profession is so inherent that the implementation of gender quotas is unlikely to reverse this bias. At the pedagogical level, diversity and heterogeneity were listed as factors that increase children's productivity. At the level of citizenship, the division of tasks between genders increases with age and depends on marital status.

Keywords: Stereotypes. Gender. Students. University. Teachers. Childhood educators.

INTRODUÇÃO

Ser masculino ou feminino não decorre da natureza biológica de cada indivíduo, mas é sobre esta característica, biologicamente definida, que a sociedade fixa os atributos de género e determina que um determinado indivíduo é homem ou mulher. Da intensidade desta construção social decorre uma perceção de naturalização social do género tão determinante como a natureza biológica e que confere aos homens e mulheres papéis sociais distintos. Apesar da igualdade de género se encontrar legalmente formalizada, a sua real concretização, entendida como igualdade de uso, não permeia as práticas sociais, pelo que os contextos de desigualdade entre homens e mulheres são, ainda, evidentes. Em conformidade com esta ilação, constatámos que persiste uma acentuada discrepância numérica entre os dois sexos nos cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil (0-10 anos), da

*Professora Doutora em Ciências da Educação-Sociologia da Educação. Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira e Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira, Portugal. E-mail: alice@uma.pt.

**Professor Doutor em Ciências da Educação-Inovação Pedagógica. Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira e Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira, Portugal. E-mail: jbrazao@staff.uma.pt.

***Doutoranda em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal. E-mail: andreia.nascimento@ics.ulisboa.pt.

****Mestrando em Matemática. Universidade da Madeira, Portugal. E-mail: diogo.nt.freitas@gmail.com.

Universidade da Madeira, no ano letivo 2018/2019, onde, num total de 110, apenas 3 dos estudantes matriculados são homens. Este facto atesta a feminização da profissão de Professor da Educação Infantil e o entendimento deste magistério “como corolário da natureza feminina, [decorrente] dos processos de socialização e dos papéis sociais atribuídos à mulher [e que] está profundamente enraizada até aos nossos dias, no pensamento coletivo das maiorias das culturas” (CORREIA, 2009, p. 130).

Uma vez que as universidades assumem um papel relevante na promoção da mudança social, pois nelas se formam cidadãos, profissionais e professores de todos os níveis da Educação Formal, tentámos identificar as perceções dos estudantes da Formação de Professores para a Educação Infantil (0-10 anos) relativamente às questões de género e a sua relação com a profissão docente. As temáticas norteadoras desta investigação enformaram-se em torno de três categorias relacionadas com o género social e a Formação de Professores: Currículo, Prática Pedagógica e Cidadania.

GÉNERO E IGUALDADE EM PORTUGAL: BREVE ENQUADRAMENTO

Para Butler (1990) o género de um indivíduo não é o resultado causal do sexo biológico nem tão fixo quanto este visto que é a ação que o cria. Deste modo, enquanto categoria social, o género “[...] refere-se aos papéis impostos pela sociedade, que regem comportamentos determinados como sendo apropriados de homens e mulheres” (MENDONÇA, 2009, p. 134) e cujos significados decorrem de uma valorização num tempo e num espaço social e geográfico (PEREIRA, 2012). Daqui emerge o valor diferencial que as sociedades humanas atribuem ao género dos indivíduos, independentemente das “[...] combinações culturais do par feminino/masculino” (HÉRITIER, 1998 apud CORREIA, 2009, p. 33) e que evidencia, simultaneamente “[...] o esforço de colocar o sexo masculino numa posição hierárquica superior à do sexo feminino” (CORREIA, 2009, p. 34).

A nível internacional, a igualdade entre géneros é entendida como um dos requisitos essenciais do progresso e do funcionamento das sociedades democráticas. Por isso, a igualdade entre mulheres e homens constitui um dos objetivos da União Europeia (artigos 2.º e 3.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia) e encontra-se preconizada em vários documentos oficiais, onde se destacam, pela sua atualidade, “Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, aprovados pelas Nações Unidas (2015-2030) e a “Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género” (2018-2030).

Em Portugal, foi a implementação do Regime Democrático (1974) que determinou a formalização das políticas públicas no domínio da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género. Em 1975 criou-se um mecanismo nacional para promover a igualdade - a Comissão para a Condição Feminina - atualmente denominada de Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). Este organismo, a par da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), é responsável pela coordenação e pela execução das políticas expressas nos Planos Nacionais: Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação: III (2007-2010), IV (2011-2013) e V (2014-2017). Atualmente, configura-se uma Estratégia Nacional para a Igualdade e a não Discriminação (2018-2030), denominada “Portugal + Igual”, assente em três Planos de Ação que visaram respetivamente: a Igualdade entre Mulheres e Homens, o Combate à Violência Contra Mulheres e Violência Doméstica e o Combate à Discriminação em razão da orientação sexual, identidade do género e características sexuais. (PORTUGAL, 2018).

Apesar do reconhecimento do direito à igualdade entre homens e mulheres, da não discriminação e acesso igualitário ao emprego, “[...] que não deve ser vedado ou limitado em função do sexo” (PORTUGAL, 2005), se encontrar previsto na lei nacional, comunitária e internacional, e das alterações significativas que têm ocorrido nas relações entre homens e mulheres, os dados demonstram que ainda subsistem situações de desigualdade de direitos e de deveres. Acresce que as sociedades permanecem fortemente estereotipadas. Prova evidente é a persistência dos estereótipos de género “nos quais se enraízam as relações assimétricas entre os sexos e que ainda sustentam a organização das sociedades atuais” (ALVAREZ, 2019, p. 20) e que impedem os avanços da participação das mulheres nas esferas da vida pública e dos homens nas esferas da vida privada. As diferenças de género patenteiam-se em inúmeras profissões, como é o caso da Educação Infantil (0-10 anos), maioritariamente feminina, porquanto a realização de cuidados diretos às crianças surge tradicionalmente enquadrada no estereótipo de feminilidade (WARDE; ROCHA, 2018).

Embora as sucessivas políticas nacionais e internacionais, reiterem o combate aos estereótipos de género no/e através do sistema educativo e em especial na educação de nível superior, é a instituição universitária que deve incentivar a mudança por duas ordens de razões; para além da “responsabilidade

acrescida, [reconhece-se-lhe] ao mesmo tempo capacidade ímpar, para fomentar a igualdade de oportunidades e a cidadania” (AUGUSTO; OLIVEIRA, 2019, p. 47). Por isso, o ensino universitário e, mais especificamente, a Formação de Professores, não poderá circunscrever-se aos “[...] processos burocráticos [nem às] planificações dessignificativas das aulas” (MENDONÇA, 2016, p. 110).

DESENHO METODOLÓGICO

No presente estudo de caso (YIN, 2005), desenvolvido com cariz descritivo, encetámos o desafio de questionar e de desconstruir a visão estereotipada de género procurando determinar (1) se os estudantes da Formação de Professores para a Educação Infantil possuem tais estereótipos e (2) se os currículos universitários têm contribuído para promover a igualdade de género. A elaboração de um inquérito por questionário fundamentou-se nas concetualizações que emergiram da revisão da literatura, mais especificamente a documentação oficial produzida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG, 2017; 2018) e, ainda, a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 publicada em Diário da República (PORTUGAL, 2018).

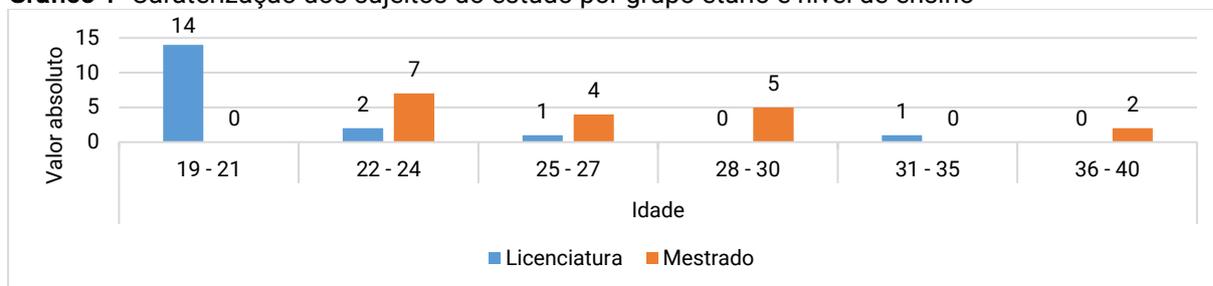
A aplicação do inquérito por questionário direccionou-se a um total de 36 estudantes dos cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil (0-10 anos) onde, a partir de uma amostra por conveniência, foram seleccionados 18 estudantes do nível de licenciatura e outros 18 do nível de mestrado. Esta opção decorreu do facto de estes estudantes se encontrarem a frequentar a Formação de Professores em dois níveis distintos - licenciatura (nível inicial) e mestrado (nível final) - viabilizando a comparação das respostas dos dois grupos. Daqui decorreu a possibilidade de identificar as grandes linhas de tendência, uma vez que os discursos dos jovens sobre género não são estáveis e, entre outros aspetos, variam em função dos contextos (PEREIRA, 2012).

Perante as opções metodológicas aqui enunciadas e em conformidade com os objetivos que enformaram esta investigação, utilizou-se uma abordagem simultaneamente qualitativa e quantitativa (REINCHARDT; COOK, 1990), onde a identificação, a compreensão e a explicação se entrecruzam (STAKE, 2009) permitindo adentrar nas significâncias dos discursos dos sujeitos. Deste modo, o tratamento dos dados recolhidos mediante a aplicação do inquérito por questionário, com questões abertas e fechadas, resultou na análise estatística das variáveis quantitativas, cujos valores se patentearam, essencialmente, em Gráficos. Os dados de cariz qualitativo foram alvo de uma análise de conteúdo (BARDIN, 1997) que incluiu a transcrição das justificações dos estudantes. Daqui decorreu a construção das categorias de análise, apresentadas em Tabelas e ilustradas pelas unidades de significação semântica que lhes deram origem (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Dos 36 estudantes seleccionados para este estudo, 18 integram o nível de licenciatura e as suas idades oscilam entre os 19 e os 21 anos. Destes, a maioria (88,8%) é do género feminino. Quanto ao estado civil, à exceção de 1 estudante, que se enquadra na situação de casado/união de facto, todos os outros são solteiros. Dos 18 inquiridos que integram o nível de mestrado a totalidade é do género feminino (100%) e as suas idades distribuem-se entre os 22 e os 40 anos. Doze são solteiras e 5 encontram-se em situação de casadas/união de facto, valor que corresponde a 27,7% do total das estudantes de mestrado inquiridas.

Gráfico 1- Caracterização dos sujeitos do estudo por grupo etário e nível de ensino



Fonte: os autores (2019).

Género e currículo

Confrontados com o facto de, no total de 110 estudantes matriculados nos cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil da Universidade da Madeira, no ano letivo 2018/2019, existirem

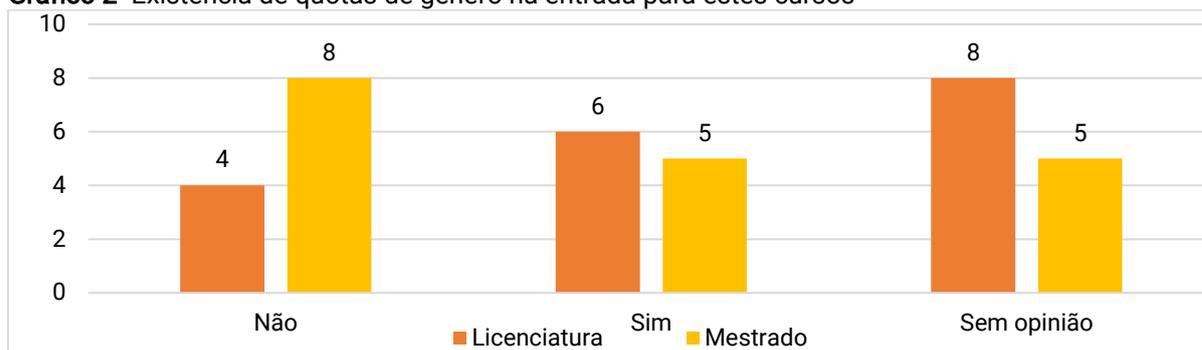
apenas 3 homens, a maioria dos inquiridos (94,5%) considerou ser uma situação natural. As justificações apresentadas conduziram-nos à elaboração de categorias de análise estruturadas em conformidade com as ilações de que: esta profissão está socialmente associada ao género feminino; já possuíam conhecimento prévio da discrepância entre géneros nesta formação; esta profissão está associada ao papel “maternal” atribuído às mulheres; e possuíam experiências anteriores em contextos escolares onde os professores eram maioritariamente mulheres (Cf. Quadro 1).

Quadro 1- Considerações dos estudantes acerca da Feminização do Magistério

A formação de professores é femininalizada	Estudantes de licenciatura	Estudantes de mestrado
Profissão socialmente associada ao género feminino	<p>“Normalmente, a profissão de educador/professor de 1.º CEB surge muito associada ao género feminino.”</p> <p>“Esta profissão [é] praticada maioritariamente pelo sexo feminino.”</p> <p>“Esta profissão é maioritariamente feminina.”</p> <p>“Profissão maioritariamente do sexo feminino.”</p> <p>“Como a nossa sociedade incute nos jovens que esta profissão é exercida por mulheres é normal não ter muitos rapazes a candidatarem-se a este curso.”</p> <p>“A nossa sociedade encara a docência mais direcionada para o sexo feminino.”</p> <p>“Normalmente, a profissão de educador/professor [de crianças] surge muito associada ao género feminino.”</p>	<p>“Ainda persiste a ideia de que a educação de infância e o ensino do primeiro ciclo são profissões para as pessoas do género feminino.”</p> <p>“Porque é uma profissão muito escolhida pelo género feminino.”</p>
Conhecimento prévio do facto	<p>“Já sabia disso.”</p> <p>“Já é habitual.”</p> <p>“Quando estava no 9º ano de escolaridade ouvia muitas raparigas comentar que gostavam de ser professoras e educadoras, mas raramente ouvi um colega rapaz mencionar tal facto.”</p>	<p>“Já sabia que era um curso muito frequentado pelo sexo feminino.”</p> <p>“Já era um facto conhecido e habitual todos os anos.”</p>
O papel “maternal” das mulheres	<p>“O curso em questão está estereotipado para o sexo feminino, uma vez que é inerente às mulheres a figura maternal.”</p>	
Experiências anteriores	<p>“Sempre tive maioritariamente mulheres como professoras.”</p> <p>“Visto que já fomos alunos e ainda somos, estivemos sempre conscientes de que existiam mais docentes do sexo feminino, o que nos fez familiarizar.”</p> <p>“Uma vez que a maioria dos professores são do sexo feminino.”</p> <p>“Em toda a minha vida escolar tive, maioritariamente, professoras.”</p> <p>“Porque já tinha estado num curso profissional de Animação Sociocultural e em 75 alunos apenas três eram do sexo masculino.”</p>	<p>“Porque na licenciatura também só havia mulheres.”</p>
Ambos os géneros têm competência	<p>“Acho que quer o sexo masculino, quer o sexo feminino tem as competências para exercer a profissão de professor/a.”</p>	<p>“É um curso que deveria ser frequentado por ambos os géneros.”</p>

Fonte: os autores (2019).

Apenas dois estudantes se manifestaram surpreendidos com o facto destes cursos de Formação de Professores serem maioritariamente frequentados por mulheres. Das suas justificações emergem as ideias de que as competências para exercer a profissão de professor/a não decorrem do género e que estes cursos deveriam ser frequentados por ambos os géneros. Como incentivo à igualdade de género e, visando o ingresso dos homens nesta Formação de Professores, questionámos os estudantes acerca da implementação de quotas de género como forma de promover a igualdade na profissão. Embora 61,2% dos estudantes tivesse manifestado uma opinião favorável, 38,8 % opôs-se a esta medida.

Gráfico 2- Existência de quotas de gênero na entrada para estes cursos

Fonte: os autores (2019).

Os estudantes de licenciatura não apresentaram opiniões consensuais, dividindo-se entre as opções “sem opinião” (8 estudantes), a “concordância” face à implementação de quotas de gênero (6 estudantes) e 4 que se opuseram à implementação de quotas. Os estudantes de mestrado, com idades mais avançadas, foi quem mais se opôs (8) à introdução de quotas de gênero para a entrada nestes cursos, comparativamente aos 4 estudantes de licenciatura que também recusaram esta medida. Os estudantes que discordaram da implementação das quotas de gênero, justificaram esta posição indicando que, uma vez que já existe igualdade formal, tal implementação seria destituída de sentido.

Quadro 2- Fundamentações dos estudantes relativamente às quotas de gênero para a entrada nestes cursos

Categorias	Subcategorias	Unidades semânticas	
		Estudantes de Licenciatura	Estudantes de Mestrado
Discorda da implementação quotas de gênero	Já existe igualdade formal	<p>“Não se trata de uma questão de oportunidades para a igualdade.”</p> <p>“Não considero que seja uma questão de falta de igualdade de gênero.”</p> <p>“As inscrições são abertas para todos.”</p>	<p>“Totalmente descabida a questão das quotas, uma vez que o acesso é igual para todos independentemente do gênero.”</p> <p>“Se não concorrem é por opção.”</p>
	O estereótipo de gênero sobrepõe-se à quota de gênero	<p>“Como é inculcido desde crianças que a educação é para elementos do sexo feminino, mesmo que houvesse cotas, não haveria mais inscrições por parte do sexo masculino.”</p>	
	A vocação sobrepõe-se à quota de gênero	<p>“Vem para este curso quem quer e sente que tem vocação para isso, independentemente de ser do gênero feminino ou masculino.”</p> <p>“Se não há mais homens é porque eles não concorreram por não se identificarem.”</p>	
Concorda com a implementação quotas de gênero	Nem todos os homens têm vocação/interesse por esta área	<p>“Tal como as mulheres os homens têm o mesmo direito a frequentá-las, mas é uma questão de vocação.”</p> <p>“Ainda existe pouco interesse por parte dos homens, considero que seria importante promover a igualdade de gênero.”</p>	
	É importante Incentivar o gênero masculino		<p>“A solução [seria] incentivar mais pessoas do gênero masculino a optar pela área da educação.”</p> <p>“[Incentivar] as pessoas do gênero masculino a escolherem este curso.”</p> <p>“Uma iniciativa que talvez trouxesse mais professores, a esta tão nobre profissão.”</p>

Fonte: os autores (2019).

Para os estudantes de licenciatura, os estereótipos de género e a vocação dos candidatos relativamente ao curso inviabilizarão a real concretização das quotas de género, acrescentando que os estereótipos sociais serão sempre mais influentes do que as quotas de género. Aqueles que concordaram com a implementação das quotas de género inserem esta medida na necessidade premente de incentivar o género masculino a candidatar-se a estes cursos, de modo a atenuar-se “o pouco interesse por parte dos homens”. Esta solução foi essencialmente apontada pelos estudantes de mestrado que consideraram necessário “incentivar [...] o género masculino a optar pela área da educação” de modo a trazer “mais professores” [homens] a esta profissão.

Durante a frequência do curso as questões de género apenas foram abordadas em duas Unidades Curriculares: “História e Filosofia da Educação” e “Sociologia da Educação”, ambas lecionadas no nível de licenciatura. Sobre este assunto destaca-se o testemunho de um estudante que considerou ser desnecessária qualquer abordagem relativa ao género pois “parte-se do pressuposto que os homens não têm um papel muito ativo na educação”.

Género e prática pedagógica

Uma vez que as trajetórias de aprendizagem dos estudantes da Formação de Professores estão “intimamente relacionadas com a aprendizagem autêntica, por participação, contextualizada nos ambientes educativos” (BRAZÃO, 2016, p. 287) quisemos saber se, para estes estudantes, o género das crianças influencia a produtividade nos trabalhos de grupo. A maioria dos estudantes negou a existência de qualquer relação entre o género e o desempenho das crianças em grupo. Apenas um estudante assumiu esta relação de causalidade e dois afirmaram não ter opinião sobre o assunto (Cf. Quadro 3).

Quadro 3- Produtividade do trabalho de grupo com as crianças agrupadas por género

Estudantes	Não	Sim	Não sei
Licenciatura	17	0	1
Mestrado	16	1	1

Fonte: os autores (2019).

A maioria dos estudantes de ambos os níveis de ensino tem uma convicção muito forte de que a produtividade decorre da diversidade de género e, deste modo, rejeita o desenvolvimento do trabalho pedagógico com o agrupamento das crianças por género. Da justificação das suas respostas decorreu a elaboração das categorias de análise elencadas no Quadro 4.

Quadro 4- Género vs. Produtividade em trabalho de grupo

O género não interfere na produtividade	Unidades semânticas	
	Estudantes de Licenciatura	Estudantes de Mestrado
Não existe relação entre a produtividade e o género	<p>“Independentemente do género, o trabalho de grupo deve ser proporcionado às crianças.”</p> <p>“Tanto meninos como meninas podem trabalhar bem juntos.”</p> <p>“Não considero que tenha ligação. O género não influencia na realização de trabalhos de grupo.”</p> <p>“Os trabalhos só são mais produtivos quando existe uma maior troca de conhecimentos.”</p> <p>“Não considero que o género seja um fator que privilegie os trabalhos de grupo.”</p>	<p>“Creio que o género nada tem a ver com a produtividade.”</p>
A produtividade decorre da vontade	<p>“Os trabalhos de grupo são mais produtivos quando as crianças se agrupam com vontade de aprender e empenho.”</p> <p>“São mais produtivos pela vontade dos alunos, não pelo género.”</p>	
A personalidade é mais relevante para a produtividade		<p>“O que influencia o trabalho de grupo é a personalidade das crianças e o modo como interagem entre si e não o seu género.”</p> <p>“O que mais influencia é a personalidade de cada criança.”</p> <p>“Os grupos são mais produtivos quando as crianças têm feitios compatíveis.”</p> <p>“O que influencia o trabalho de grupo é a personalidade das crianças e o modo como interagem entre si e não o seu género.”</p>

		"O que mais influencia é a personalidade de cada criança. Os grupos são mais produtivos quando as crianças têm feitos compatíveis."
A diversidade é mais relevante para a produtividade	"Aliás, até trabalhamos melhor com pessoas de outro género diferente do nosso do que igual ao nosso." "As diferenças dos alunos, não só a nível pessoal, mas a nível do seu género, permitem uma interação mais dinâmica e produtiva." "Quando os géneros são agrupados de forma mista aprendem muito mais."	"Os trabalhos de grupo são mais produtivos quando se verifica heterogeneidade."

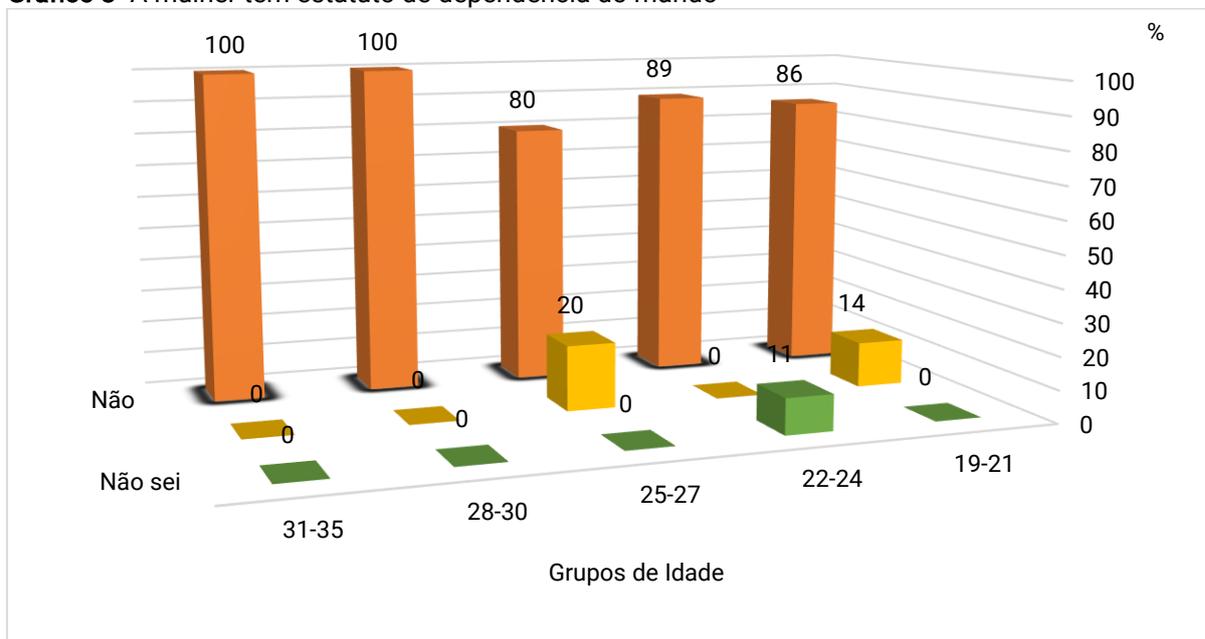
Fonte: os autores (2019).

Com exceção de três estudantes, os restantes foram unânimes em considerar que o género não interfere na produtividade das crianças quando estas trabalham em grupo. No nível de licenciatura, os estudantes para além de negarem a relação entre aquelas duas variáveis – género e produtividade – acrescentaram que a produtividade decorre da vontade de cada sujeito e não do seu género. Entre os estudantes de mestrado subsiste a ideia de que a personalidade é o aspeto que mais impulsiona a produtividade. A ideia de que a diversidade e a heterogeneidade impulsionam a produtividade destaca-se nas afirmações de que "os trabalhos de grupo são mais produtivos quando se verifica heterogeneidade" e "quando os géneros são agrupados de forma mista aprendem muito mais".

Género e cidadania

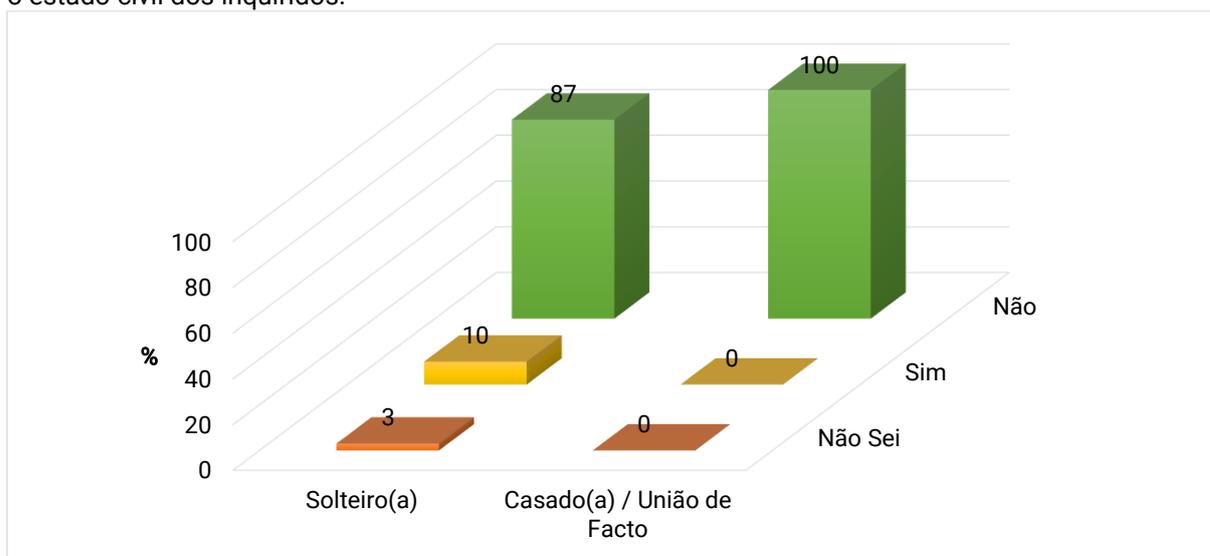
Questionados sobre o facto de, num casal, a mulher possuir um estatuto de dependência relativamente ao marido, as opiniões dos estudantes mais jovens (com idades compreendidas entre os 19 e os 27 anos) evidenciaram alguma dispersão com 34% a validar esta afirmação e 11% a declarar-se sem opinião. Por seu turno, os estudantes mais velhos, com idades compreendidas entre os 28 e 35 anos, foram os que, por unanimidade (100%), rejeitaram o estatuto de dependência da mulher face ao marido.

Gráfico 3- A mulher tem estatuto de dependência do marido



Fonte: os autores (2019).

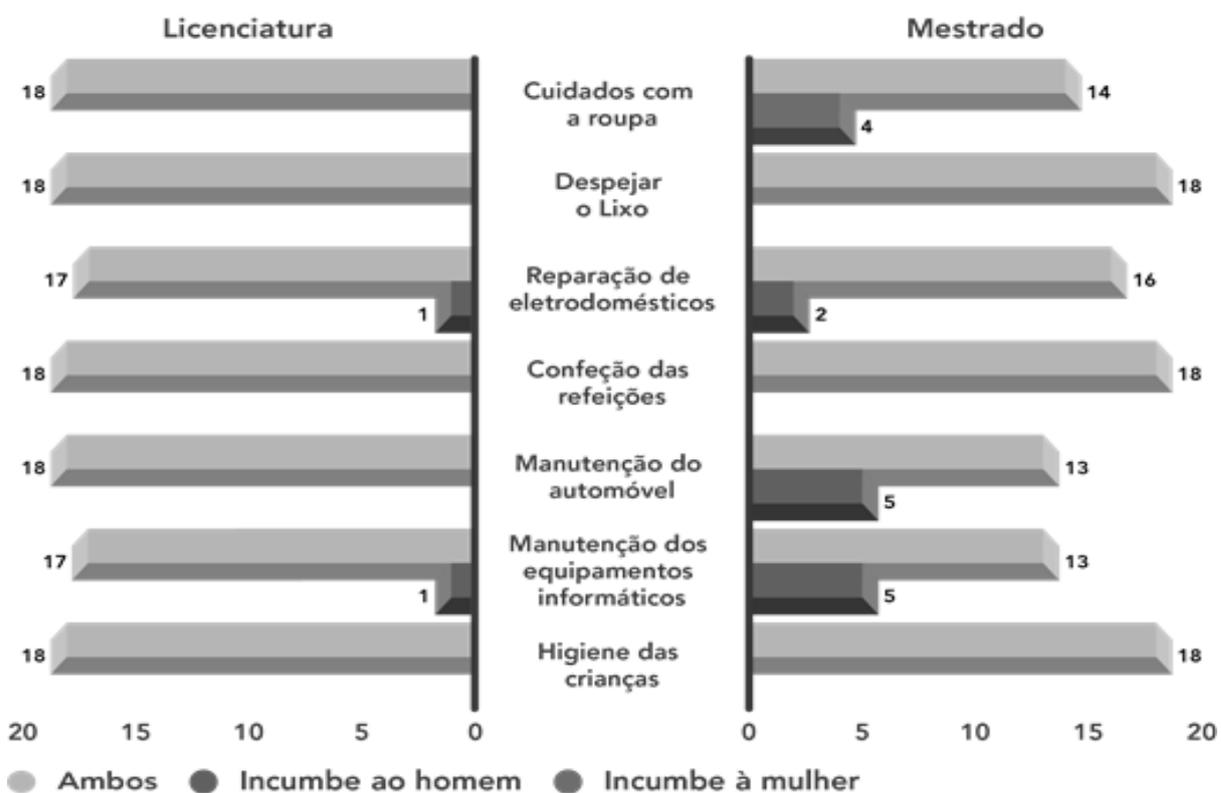
O cruzamento do estado civil dos inquiridos com as opiniões acerca desta afirmação, permitiu inferir que todos os estudantes que se encontram em situação de casados/união de facto rejeitaram esta preposição. (Cf. Gráfico 4). Entre os estudantes solteiros as opiniões são distintas: 87% rejeitou o estatuto de dependência da mulher, 10% confirmou o estatuto de dependência da mulher relativamente ao marido e um (3%) declarou não possuir opinião sobre este assunto.

Gráfico 4 - Opinião sobre o estatuto da mulher relativamente à dependência do marido de acordo com o estado civil dos inquiridos.

Fonte: os autores (2019).

Daqui se depreende que o estado civil influencia a opinião dos estudantes sobre a condição social do homem e da mulher pois é no grupo de mestrado, onde existem mais estudantes em situação de casado/união de facto, que tal proposição é totalmente rejeitada (100% dos inquiridos). Dado que um dos objetivos do estudo de caso passava por identificar as perceções dos estudantes relativamente às questões de género questionou-se sobre quem consideravam ter que assumir a responsabilidade por algumas tarefas domésticas num contexto de coabitação homem/mulher, nomeadamente, com os cuidados com a roupa, o despejar o lixo, a reparação de eletrodomésticos, a confeção de refeições, a limpeza da casa, a manutenção do automóvel, a manutenção dos equipamentos informáticos e a higiene das crianças.

Solicitou-se que indicassem a que género atribuíam o desempenho de cada uma das tarefas enunciadas especificando, em cada premissa, uma das seguintes opções: homem, mulher ou ambos. Das respostas obtidas concluímos que, para os estudantes de licenciatura os estereótipos de género e cidadania, face ao desempenho das tarefas domésticas incidem exclusivamente nos homens, aos quais incumbe a reparação de eletrodomésticos e a manutenção dos equipamentos informáticos, enquanto as restantes tarefas enunciadas deveriam ser desempenhadas por ambos. Ou seja, neste grupo apenas 12% dos estudantes demonstraram possuir estereótipos de género ao associarem os homens à realização de duas tarefas específicas: a reparação de eletrodomésticos e a manutenção dos equipamentos informáticos. No que concerne à responsabilidade pela reparação de eletrodomésticos e à manutenção dos equipamentos informáticos, os estudantes de mestrado possuem estereótipos de género similares aos dos estudantes de licenciatura. Contudo, imputaram também ao homem a responsabilidade pela manutenção do automóvel e remeteram os cuidados com a roupa para a mulher (Cf. Gráfico 5).

Gráfico 5- Estereótipos de Género e Cidadania no desempenho das tarefas domésticas para os estudantes de licenciatura e de mestrado

Fonte: os autores (2019).

O cruzamento destes dois últimos estereótipos com o estado civil de quem os enunciou, demonstrou que 83% das estudantes de mestrado que se encontram na situação de casadas/união de facto, assumiram que, no quotidiano, subsiste uma divisão de tarefas enformada nos estereótipos de género associados ao espaço de ação social, onde as mulheres tratam da roupa (espaço doméstico) e os homens zelam pelos automóveis (espaço exterior). Consideraram que as outras tarefas elencadas, nomeadamente, o despejar o lixo, o confeccionar refeições, o limpar a casa e o zelar pela higiene das crianças, deverão ser desempenhadas por ambos os géneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização diferencial de cada um dos géneros, embora enformada em tempos e espaços sociais e geográficos específicos, tem por norma conferir ao género masculino uma posição hierárquica superior à do género feminino. Por isso, mais do que o resultado imediato do sexo biológico, o género é uma construção socialmente estereotipada. Apesar das políticas públicas implementadas a nível nacional e internacional, no domínio da cidadania, da promoção e da defesa da igualdade de género, as práticas sociais continuam a pautar-se por contextos de desigualdade entre homens e mulheres.

A desigual valorização de cada género manifesta-se em todas as atividades desenvolvidas por homens e mulheres e condiciona a prevalência de cada um deles em contextos sociais específicos. Deste modo, na Universidade da Madeira, os cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil (0-10 anos), tradicionalmente frequentados por mulheres, continuam em 2018/2019 a evidenciar esta tendência: num total de 110 estudantes matriculados apenas 3 são homens. A necessidade de alterar a perpetuação da feminização da profissão de Professor de educação infantil conduziu-nos ao local, ao tema e aos sujeitos envolvidos nesta investigação, porquanto consideramos que a promoção da mudança social incumbe às universidades e a todos os atores sociais que nelas se movem, e mais especificamente às áreas de maior impacto e disseminação social como é o caso da Formação de Professores que, neste estudo, articulámos em torno de eixos como o Currículo, a Prática Pedagógica e a Cidadania.

Foi possível concluir que a predominância do género feminino nos cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil, já apresentado num estudo recente sobre os caloiros da Universidade da Madeira (VIEIRA; NASCIMENTO, 2018), foi percebida pelos estudantes como uma situação habitual, que não lhes suscita qualquer questionamento pois enquadram-se na normatização social das experiências sociais que, por tradição, evidenciam a feminização desta profissão. Convém referir que, durante a frequência do curso, as questões de género apenas foram abordadas em duas Unidades Curriculares: “História e Filosofia da Educação” e “Sociologia da Educação”, ambas lecionadas no nível de licenciatura.

A implementação de quotas de género para o ingresso nestes cursos de modo a promover a igualdade de género nesta profissão foi corroborada por 61,2% dos estudantes enquanto que 38,8% se opôs. Contudo, foram os estudantes de mestrado - mais velhos do que os de licenciatura- os que mais se opuseram a este propósito (8). A recusa fundamenta-se em duas preposições: por um lado, o facto de a igualdade formal já se encontrar legalmente consagrada, pelo que o seu usufruto decorrerá do livre arbítrio dos indivíduos (tendo por base a vocação pessoal), e por outro, pela convicção de que os estereótipos sociais irão sempre sobrepor-se a qualquer disposição legal formalmente implementada. Aqueles que concordam com aquela medida justificam a sua posição alegando a emergência de incentivar o género masculino a candidatar-se a estes cursos, de modo a promover o aumento do número de homens nesta profissão.

Para estes futuros professores, a produtividade dos trabalhos de grupo realizados pelas crianças, decorre da personalidade e da vontade individuais, não tendo o género qualquer interferência. Contudo, destacam que, nos grupos infantis com maior diversidade e heterogeneidade, a produtividade também é maior. Em termos de cidadania, os estudantes mais jovens, do nível de licenciatura, não são consensuais; 34% alegou que a mulher detém um estatuto de dependência face ao marido e 11% declarou não possuir opinião acerca deste assunto. Já os estudantes mais velhos, com idades compreendidas entre os 28 e 35 anos, rejeitaram completamente o estatuto de dependência da mulher face ao marido. Deste modo, inferiu-se que o estado civil influencia a opinião dos estudantes sobre a condição social do homem e da mulher, uma vez que é no grupo de mestrado, onde existem mais estudantes em situação de casado/união de facto que esta ideia é totalmente rejeitada (100% dos inquiridos).

Na licenciatura os estereótipos de género ao nível da cidadania foram reportados em 12 % dos estudantes. Tais estereótipos incidem exclusivamente nos homens a quem imputam a responsabilidade pela reparação de eletrodomésticos e pela manutenção dos equipamentos informáticos, tal como também reportaram os estudantes de mestrado. Contudo, estes últimos evidenciaram mais estereótipos ao responsabilizarem o homem pela manutenção do automóvel e a mulher pelos cuidados com a roupa. O cruzamento dos dois últimos estereótipos- manutenção do automóvel e cuidados com a roupa - com o estado civil de quem os reportou demonstrou que nas estudantes em situação de casadas/união de facto, persiste uma divisão de tarefas onde as mulheres tratam da roupa e os homens zelam pelos automóveis. Daqui decorre ainda uma estereotípia normativa relacionada com o espaço social e que remete a mulher para as tarefas desenvolvidas na esfera do lar enquanto o homem se encarrega maioritariamente das tarefas que se desenvolvem no exterior.

Em suma, os estereótipos de género acentuam-se com a idade, com a vivência nos contextos profissionais e pessoais dos indivíduos, pelo que o estado “civil casado/união de facto” é também uma condição que os acentua. Concluímos que, no contexto da Formação de Professores para a Educação Infantil, a abordagem das questões de género se encontra circunscrita a duas Unidades Curriculares incluídas no nível de licenciatura. Desta fragilidade, que se agrava no nível de mestrado, com a total omissão de qualquer abordagem que envolva as questões acerca da igualdade de género, parece-nos plausível que os estereótipos de género sejam percebidos nos estudantes, influenciem as suas escolhas profissionais e inviabilizem a mudança social. Urge a introdução desta temática nos currículos das universidades enquanto instituições formadoras de cidadãos capacitados para impulsionar e gerar a mudança social.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, T. Reflexões sobre a igualdade entre mulheres e homens: conhecimento educação e formação. In Ricardo Martins e Andreia Nascimento. *31 desafios para o Ensino Superior*. p. 19–24. Funchal: Imprensa Académica da Universidade da Madeira, 2019.

AUGUSTO, A.; OLIVEIRA, C. O desafio da igualdade de género no Ensino Superior. *In* Ricardo Martins e Andreia Nascimento. *31 desafios para o Ensino Superior*. p. 47–53. Funchal: Imprensa Académica da Universidade da Madeira. 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRAZÃO, P. *Aprendizagem situada na formação de professores: um estudo*. *In* Fernanda Gouveia e Maria Pereira. Org. Didática e Matética. p. 279–290. Funchal: CIE-Uma. 2016.

BUTLER, J. *Gender trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, 1990.

CONSELHO DA EUROPA - *Estratégia do conselho da europa para a igualdade de género 2018-2030*. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0014_PT.html. Acedido em: 20 mai.2019.

CORREIA, A. *Assimetrias de género*. V.N. Gaia: Fundação Manuel Leão, 2009.

MENDONÇA, A. *Didática na formação inicial de professores: caso da licenciatura em educação básica da universidade da Madeira*. *In* Fernanda Gouveia e Maria Pereira. Org. Didática e Matética. p. 102–111. Funchal: CIE-UMA. 2016.

MENDONÇA, A. *O insucesso escolar: Políticas Educativas e Práticas Sociais - Um Estudo de Caso sobre o Arquipélago da Madeira*. Lisboa: Edições Pedagogo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2015. *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030*. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/>. Acedido em: 29 jun.2019.

PEREIRA, M. *Fazendo o género no recreio: a negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: ISC, 2012.

PORTUGAL. “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia” *Jornal Oficial da União Europeia*, 18 de dezembro de 2000, C 364/01. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf. Acedido em: 29 jun.2019.

PORTUGAL. “Constituição da República Portuguesa”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>. Acedido em: 29 jun.2019.

PORTUGAL. “Tratado da União Europeia”, *Jornal Oficial da União Europeia*, 7 de junho de 2016. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF Acedido em: 29 jun.2019.

PORTUGAL. D.R. 1.ª série N.º 97. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio*. Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, XXI Governo Constitucional. 8 de março de 2018. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/115360102>. Acedido em: 29 jun.2019.

REINCHARDT, C.; COOK, T. (Eds.). *Qualitative and quantitative methods*. *In*: Evaluation Research. London: Sage Publications, 1990.

STAKE, R. *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2009.

VIEIRA, M.M.; NASCIMENTO, A. *Os caloiros da Universidade da Madeira: retratos e alguns desafios*. Research Brief 2018 OPJ. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2018.

WARDE, M.J.; ROCHA, A.C.S.M. *Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935)*. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 35-50, jul./ago. 2018.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em:15.09.2019

Aprovado em 20.10.2019